

A expulsão dos mercadores do templo: um estudo da usura na pintura de Giotto di Bondone

The expulsion of the merchants from the temple: a study of usury in the painting of Giotto di Bondone

Terezinha Oliveira*

Meire Aparecida Lôde Nunes**

* Doutora em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Professora do programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá (UEM). E-mail: teleoliv@gmail.com

** Doutoranda em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Professora no curso de Educação Física da Universidade do Estado do Paraná (UNESPAR-FAFIPA). E-mail: meirelude@gmail.com

Resumo

O objetivo deste texto é analisar a pintura de Giotto di Bondone (1267-1337), *A expulsão dos vendedores do templo*. A investigação é desenvolvida pelo olhar da História da Educação e os pressupostos teóricos são provenientes da História Social, a qual nos permite dialogar com várias áreas do conhecimento e utilizar a produção imagética como fonte de pesquisa. Nossas reflexões serão direcionadas pelas inquietações acerca da expansão comercial do século XIII, advento que propiciou o surgimento de novas necessidades e questionou valores da tradição cristã. Em consequência, a Igreja se deparou com o embate em manter a crença em seus dogmas e legitimar atividades comerciais que mantinham o êxito da sociedade. Assim, nos dedicamos a estudar a pintura de Giotto investigando a hipótese de que a formação do homem do século XIII é direcionada pela necessidade de equilibrar os valores espirituais e terrestres.

Palavras-chave

Educação. Expansão commercial. Iconografia.

Abstract

The objective of this paper is to analyze the painting of Giotto di Bondone (1267-1337), *The Expulsion of the moneychangers from the temple*. The research is developed by the perspective of the History of Education and the theoretical assumptions are from Social History, which allows us to engage with various areas of knowledge production and use imagery as a source of research. Our thoughts will be directed by concerns about the commercial expansion of the thirteenth century that gave rise to new needs and questioned the values of the Christian tradition. Consequently, the Church was faced with the struggle to maintain a belief in its dogmas and to legitimate business activities that kept the success of the society. Thus, we studied the painting of Giotto investigating

the hypothesis that the formation of man of the thirteenth century is driven by the need to balance the spiritual and earthly values.

Key words

Education. Commercial expansion. Iconography.

Introdução

A proposta deste texto está em consonância com o objetivo geral de nossas demais pesquisas, que são impulsionadas pelas inquietações oriundas da História da Educação. As investigações sobre Educação são conduzidas pelo interesse no ‘agir humano’. Assim, tudo que participa da formação do homem e interfere, direta ou indiretamente, em suas ações constitui-se, a nós, objeto de estudo. Sob essa perspectiva, delimitamos a análise iconográfica como método de pesquisa por entendermos as imagens como registros históricos e objetos que instigam a reflexão e contribuem para o conhecimento de realidades históricas particulares e o enriquecimento teórico das ciências humanas de forma geral.

O desenvolvimento do estudo será por meio da análise da imagem do pintor italiano Giotto di Bondone, que é considerado um personagem ímpar na História da Arte. Seu reconhecimento não se limita ao domínio artístico. Argan (2003, p. 21) afirma que Giotto, ao lado de Dante, constituiu um dos “[...] grandes pilares de uma nova cultura, consciente das próprias raízes latinas”. O autor menciona ainda que “Não se louva apenas sua perícia na arte, mas o

seu engenho inventivo, a sua interpretação da natureza, da história, da vida” (ARGAN, 2003, p. 21). Por concordarmos com Argan, elegemos a pintura de Giotto como a fonte de pesquisa deste texto. Entendemos que suas interpretações, principalmente da história, foram registradas em sua arte e a análise dessas obras podem nos revelar importantes informações sobre os homens que viveram no período que antecedeu o Renascimento.

O afresco analisado foi pintado na Capela de Scrovegni, construída no local de um antigo anfiteatro romano; por isso também é conhecida como Capela da Arena. A iniciativa da construção foi de Enrico degli Scrovegni, que tinha a intenção de absolver a alma de seu pai - um poderoso comerciante - do pecado da usura. Todavia, podemos supor que Enrico poderia ter uma dupla intenção com a construção da capela: ao invés de salvar apenas uma alma, ele poderia almejar a salvação de duas almas! Nossa hipótese é decorrente do relato que Wolf apresenta de Enrico como “um hipócrita fraudulento”. O autor reforça essa ideia por meio do ponto de vista de Giovanni Nono, um contemporâneo de Enrico, que afirma que o financiador da Capela de Scrovegni “[...] se vira impossibilitado de afastar de si próprio toda a suspeita

de usura” (WOLF, 2007, p. 30). Objetivando ou não a sua absolvição, foi graças ao propósito de salvar a alma do patriarca dos Scrovegni que a capela foi construída e Giotto contratado para pintá-la.

A usura foi uma realidade que os homens do século XIII tiveram que enfrentar. Aquele período foi marcado pela expansão comercial e, conseqüentemente, o lucro o responsável pelo êxito daquela sociedade. Portanto, grande parte da população era usurária, até mesmo Giotto é suspeito dessa prática. Wolf (2007, p. 30) afirma que: “Giotto também era usurário – não tinha escrúpulos em cobrar a pobres artesãos a quem alugava equipamentos com juros de 120%! Quais seriam os seus pensamentos e sentimentos quanto o fazia?”. A suspeita de Giotto como usurário é acentuada pela análise de uma canção que pode ser de autoria do artista, na qual explicita seu pensamento sobre os bens materiais. Sobre a usura, Wolf (2007, p. 30) explica que:

Vários investigadores acreditam que Giotto foi autor de uma *canzone* sobre a pobreza, que apareceu em 1827. Examina a pobreza e a riqueza na sua relação com os ideais de Cristo e de S. Francisco, que não tinham posses, e também em relação à natureza humana vulgar, que é tão propensa à posse. O verso 10 expressa, sem qualquer dúvida, um profundo cepticismo em relação à dogmática insistência na pobreza: << Raramente há extremos sem vicio. >> é do senso comum que

apenas um santo pode receber a si próprio a renúncia incondicional a todos os seus bens; no caso das pessoas comuns, o amor aparente pela pobreza apenas denota hipocrisia. Como reza o verso 25: << quando as posses escasseiam, parece que o bom senso também escasseia.>>.

Em face destas informações podemos inferir que a Capela de Scrovegni é uma compensação pela prática da usura, pois foi financiada pela fortuna do comércio dos Scrovegni. Seu construtor, Enrico Scrovegni, era usurário e sua ornamentação teria sido feita, também, por um possível usurário: Giotto di Bondone. Diante desses indicadores, delimitamos como questão reflexiva para a análise iconográfica a usura. O problema que se elabora é: será que Giotto, ao pintar uma cena bíblica que condena a prática do comércio, expõe o novo contexto social do século XIII-XIV que necessita validar, parcialmente, a prática da usura? Todavia, a investigação imagética requer uma familiarização com os conteúdos presentes na representação. Assim, estruturamos nossa abordagem em três momentos: iniciamos pela contextualização da usura no período de Giotto; em seguida, faremos uma reflexão delimitada acerca da usura; por fim, a análise da imagem.

A usura na época de Giotto

Giotto nasceu, provavelmente, em 1267, na aldeia Colledi Vespignano, perto de Florença- Itália. Seus biógrafos

relatam que o artista morreu quando pintava o *Juízo Final* na Capela Bergello, em Florença, no dia 8 de janeiro de 1337. Portanto, o artista viveu entre o final da Idade Média Central e início da Baixa Idade Média. Sua formação foi proveniente dos costumes e valores do século XIII, período considerado “[...] em todos os sentidos, a fase mais rica da Idade Média” (FRANCO JUNIOR, 2006, p. 16). Le Goff (2007), validando a afirmação de Franco Junior, destaca o século XIII como o apogeu do Ocidente medieval e não hesita em afirmar que é neste século que se afirmaram a personalidade e a nova força da cristandade, cunhada em séculos anteriores. Para o autor, esse século da Idade Média Central significa a ‘descida do céu à terra’. Essa expressão é explicada por Le Goff pelo contraste entre o pensamento da Alta Idade Média e da Idade Média Central. Na Alta Idade Média, “O horizonte cultural ideológico e existencial dos homens era o céu” (LE GOFF, 2007, p. 214), os valores que sustentavam suas vidas, seu trabalho, eram sobrenaturais, provinham de Deus. No século XIII, a preocupação com a salvação é latente, mas agora ela é

[...] obtida por um investimento duplo, assim na terra como no céu. Há, ao mesmo tempo, o surgimento de valores terrestres legítimos e salvadores, como a transformação do trabalho de valor negativo de penitência em valor positivo de colaboração na obra criadora de Deus, descida de valores do céu à terra. A inovação, o progresso técnico e

intelectual não são mais pecados, a alegria e a beleza do paraíso podem receber um início de realização na terra. O homem, que é lembrado que foi feito à imagem de Deus, pode criar na terra as condições não somente negativas, mas positivas da salvação. (LE GOFF, 2007, p. 214-215).

Le Goff nos explica essa mudança como respostas aos êxitos dos séculos anteriores, destacando quatro acontecimentos que podem ter interferido nesse processo. O primeiro se refere ao crescimento urbano que se contrapõe a ruralidade da Alta Idade Média. Ele explica que “[...] A Europa encarnar-se-á essencialmente nas cidades. É aí que acontecerão as principais misturas de população, que se afirmarão novas instituições, que aparecerão novos centros econômicos e intelectuais” (LE GOFF, 2007 p. 143). É no ambiente citadino que acontece o que o autor chama de segundo êxito: renovação do comércio e da promoção dos mercadores. O terceiro acontecimento diz respeito ao saber, porque ele atinge um número maior de pessoas devido à criação de escolas urbanas para atender as necessidades dessa nova categoria de homens – os comerciantes. O último acontecimento mencionado por Le Goff é o surgimento das ordens mendicantes e, para ele, o pilar dos três anteriores por tratar-se “[...] de novos religiosos que residem na cidade e são ativos, sobretudo no meio urbano, os frades das ordens mendicantes, que formam a nova so-

cidade e remodelam profundamente o cristianismo que ela professa” (LE GOFF, 2007, p. 143-144). No entanto, em meio a tantas inovações surgem, também, problemas como a usura. Le Goff, em *a Bolsa e a Vida*, trata especificamente dessa questão e afirma que a usura é um dos grandes problemas do século XIII. O autor explica que:

O impulso e a difusão da economia monetária ameaçam os velhos valores cristãos. Um novo sistema econômico está prestes a se formar, o capitalismo, que para se desenvolver necessita senão de novas técnicas, ao menos do uso massivo de práticas condenadas desde sempre pela Igreja. Uma luta encarniçada, cotidiana, assinalada por proibições repetidas, articuladas a valores e mentalidades, tem por objetivo a legitimação do lucro lícito que é preciso distinguir da usura ilícita. (LE GOFF, 2004, p. 6).

É possível entender a importância que a usura passa a ter pela própria característica do momento em que os valores tornaram-se mais terrenos. Em consequência, a vida passa a ser entendida como uma forma de contribuição para a criação divina, pois, se assim não fosse, “[...] por que teria Deus criado o mundo e o homem e a mulher?” (LE GOFF, 2004, p. 66). Essa nova forma de pensar induz os homens a se embrenharem em caminhos e atividades que eram condenados em outros momentos. Todavia, o usurário não está sozinho nesta jornada toda sociedade é cúmplice de suas atividades.

Le Goff (2004, p. 67) nos mostra que o usurário não é “[...] uma vítima, mas um culpado que partilha sua culpa com o conjunto da sociedade, que mesmo o desprezando e perseguindo, servia-se dele e partilhava sua sede pelo dinheiro”. Entendemos que o sentimento de ‘ódio e amor’ pelo usurário é fruto do embate entre a manutenção de valores provenientes de épocas em que a circulação monetária era irrisória e a nova prática econômica que sustenta a sociedade por meio da cobrança de juros. Um caminho encontrado para solucionar esse enfrentamento foi o da ‘justa medida’. A ideia da “justa medida” pode ser creditada à retomada dos pensadores da Antiguidade pelo Renascimento do século XII. Grosso modo, essa teoria se fundamenta na moderação, ou um ponto médio entre duas extremidades, também considerado como virtude. Essa ideia,

[...] se impõe na teologia, de Hugo de Saint-Victor a Tomás de Aquino, e nos costumes. Em meados do século XIII, São Luís pratica e louva a justa medida em todas as coisas, no modo de vestir, na mesa, na devoção, na guerra. Para ele, o homem ideal é o *prudhomme* que se distingue do homem valente no fato de aliar sabedoria e *moderação*. O usurário moderado tem, portanto, a probabilidade de passar através da rede de malha fina de Satã. (LE GOFF, 2004, p. 70-71).

Nessa perspectiva, foram adotadas algumas medidas para a prática de uma ‘usura moderada’ como, por exemplo,

a determinação de taxas, uma “[...] espécie de regulamentação que tomava como referência o mercado, mas lhe impunha freios” (LE GOFF, 2004, p. 69). Assim, algumas formas de crédito foram admitidas e as que não obedeciam a regulamentação permaneceram condenadas. Le Goff ilustra essa questão nos apresentando a seguinte determinação do Concílio de Latrão à usura:

Em 1179, o terceiro concílio de Latrão determina que sejam reprimidos somente os usurários "manifestos" (*manifestz*), chamados também "comuns" (*comunes*) ou "públicos" (*publicz*). Acredito que se tratava de usurários cuja fama, "renome", rumor público, designava como usurários não amadores mas "profissionais" e que, sobretudo, praticavam usuras *excessivas*. (LE GOFF, 2004, p. 70).

Mas, mesmo com certa regulamentação, o autor afirma que não era nada honroso ser usurário no século XIII. O perigo de condenação por uma mentalidade engendrada nos preceitos religiosos que pregava a pobreza afligia os homens que aspiravam uma melhor posição social. Com o intuito de nos aproximarmos da construção mental que condenava a usura, passamos a tratar o tema especificamente.

Usura

*E o Senhor disse no Evangelho:
'Emprestai sem nada esperar'
(Lucas, VI, 35).*

A usura é um termo recorrente, desde o Antigo Testamento podem ser encontradas definições e condenações a essa prática. Todavia, em cada momento ela pode ser interpretada de forma distinta devido às características das relações que determinam os diferentes contextos sociais. Assim, nossa intenção, neste momento, é refletir acerca do seu uso no contexto da Idade Média Central, mais especificamente, no século XIII.

A usura é um termo que designa um conjunto de práticas financeiras condenadas, tanto que nos documentos medievais, principalmente do século XIII, encontramos com frequência sua indicação no plural, *usurae*. Em uma sociedade que tem a mentalidade influenciada pelo mundo bestial, a usura é comparada a um mostro de várias cabeças, conhecido na mitologia grega por *hidra*. Essa analogia nos possibilita entender a amplitude de condenações que se ramificam da usura. Mas, para entendermos sua extensão é preciso, primeiramente, tentarmos construir um conceito a seu respeito. Tomemos como ponto de partida a definição de Santo Ambrósio de que “Usura é receber mais do que se deu” (LE GOFF, 2004, p. 22). Assim, podemos supor que é o excedente; é o que se exige além do capital. Le Goff nos auxilia a ampliar a compreensão afirmando que usura é:

[...] a arrecadação de juros por um emprestador nas operações que não devem dar lugar ao juro. Não é portanto a cobrança de *qualquer* juro. Usura e juro não são sinôni-

mos, nem usura e lucro: a usura intervém onde não há produção ou transformação material de bens concretos. (LE GOFF, 2004, p. 14).

As informações apresentadas pelo autor nos possibilitam inferir que usura é uma forma de juros sem a produção de bens materiais. No entanto, essa definição nos parece contraditória, pois o juro não implica necessariamente o aumento, ou produção, de uma materialidade que nas transações financeiras é a moeda/dinheiro? De acordo com o pensamento corrente daquela época a moeda é infecunda, ela não se reproduz. Portanto, gerar dinheiro com o próprio dinheiro é ilícito. Essa ideia pode ser observada na explicação de Tomás de Aquino sobre a moeda. Le Goff (2004, p. 22) explica que para o monge a função da moeda é a troca "[...] assim, seu uso próprio e primeiro é o de ser consumido, gasto nas trocas. Por consequência, é injusto em si receber uma recompensa pelo uso do dinheiro emprestado; é nisso que consiste a usura". Essa mesma ideia do dinheiro ser infecundo não é exclusiva de Tomás de Aquino, ela é consenso entre os medievais, como seu contemporâneo São Boaventura, que afirma que "O dinheiro em si e por si não frutifica, mas o fruto vem de outra parte" (LE GOFF, 2004, p. 23). No Código de Direito Canônico do século XII encontra-se um texto, provavelmente do século V, que nos auxilia sintetizar essa ideia acerca da diferença da produção de dinheiro como principal condição para a prática da usura.

[...] aquele que aluga um campo para receber renda ou uma casa para ter um aluguel, não se assemelha àquele que empresta dinheiro a juros? É claro que não. Antes de tudo porque a única função do dinheiro é o pagamento de um preço de compra; depois, o arrendatário faz frutificar a terra, o locatário goza da casa; nestes dois casos, o proprietário parece dar o uso de sua coisa para receber dinheiro, e de certo modo, trocar lucro por lucro, enquanto que, do dinheiro emprestado, não podemos fazer dele nenhum uso; enfim, o uso esgota pouco a pouco o campo, estraga a casa, enquanto o dinheiro emprestado não se sujeita à diminuição nem ao envelhecimento. (LE GOFF, 2004, p. 25-26).

Entendido que a usura está vinculada ao recebimento de um valor maior de dinheiro pelo seu empréstimo, passamos a pensar nos argumentos que tornam essa ação condenável. Primeiramente é necessário entender que para o contexto medieval a usura era mais que um crime, era um pecado, como é apresentado por Le Goff por meio de um manuscrito do século XIII:

Os usurários pecam contra a natureza querendo fazer dinheiro gerar dinheiro, como cavalo com cavalo ou mulo com mulo. Além disso, os usurários são ladrões (*latrones*), pois vendem o tempo, que não lhes pertence, e vender um bem alheio, contra a vontade do possuidor é um roubo. Ademais, como nada ven-

dem a não ser a espera do dinheiro, isto é, o tempo, vendem os dias e as noites. (LE GOFF, 2004, p. 38).

O autor nos possibilita considerar que a usura se caracteriza como um furto, pois os usurários não oferecem nada em troca do excedente, somente o tempo de espera pelo pagamento. O tempo não lhes pertence, pertence apenas a Deus. Portanto, o objeto negociado pelo usurário é algo que não lhe é próprio, pois a natureza é criada por Deus, isso faz com que seja designado de ladrão. Essa argumentação também é válida para indicar que a usura é um pecado contra a natureza, pois os teólogos do século XII, os naturalistas, se reportam à natureza como Deus – *Natura, id est Deus*. A usura é pecado contra a natureza divina porque não cumpre suas leis. Ela não respeita a lei da produtividade e produz pelo improdutivo: o dinheiro. Não cumpre a lei do trabalho e descanso, uma regra existente desde a criação do mundo que determina o sétimo dia de trabalho como o do descanso. No entanto, essa lei é ignorada pelos usurários que incluem o domingo – dia do Senhor – em suas cobranças de juros. O mesmo se aplica às atividades desenvolvidas durante o dia e a noite. O dia é reservado ao trabalho e a noite ao restabelecimento corporal. Quando não ocorre distinção entre ambos não há respeito “[...] a ordem natural que Ele quis dar ao mundo e à nossa vida corporal, nem a ordem do calendário estabelecida por Ele. As moedas usurárias não se assemelham

aos bois de lavoura que laboram sem cessar?” (LE GOFF, 2004, p. 28). Assim, enquanto as moedas trabalham continuamente, os usurários se eximem dessa atividade que lhe foi destinada pelo Senhor. Le Goff (2004, p. 40) explica essa questão por meio do pensamento de Thomas de Chobham, o qual afirma claramente que: “O usurário quer adquirir um lucro sem nenhum trabalho e até dormindo, o que vai contra o preceito do Senhor que diz: <Comerás teu pão com o suor de teu rosto>” condenação dada aos homens devido à desobediência de Adão. Nessa perspectiva os usurários são ‘filhos desobedientes’, ou nas palavras do autor, um “desertor”, que vivem na ociosidade, considerada pelos pensadores medievais como a mãe de todos os vícios e “[...] destrona, na hierarquia dos sete pecados capitais, a *superbia*, o ‘orgulho’” (LE GOFF, 2004, p. 06). Portanto, a usura pode ser considerada um pecado capital que se opõe, principalmente, à justiça. A virtude da justiça é atacada pelo usurário por cobrar um valor superior ao ‘justo preço’ do produto como explica Tomás de Aquino: “Receber uma usura pelo dinheiro emprestado é em si *injusto*: pois se vende o que não existe, instaurando com isso manifestamente uma *desigualdade* contrária à justiça” (LE GOFF, 2004, p. 24).

Essas reflexões nortearam a absolvição e a condenação das práticas usurárias no final da Idade Média Central. Le Goff explica que, entre os séculos XI e XIII, ocorreu uma mudança de posicionamento frente à usura, pois algumas ativi-

dades profissionais que aparentemente eram condenáveis, ao serem submetidas à análise, se libertaram das acusações. A reavaliação dos ofícios é, para o autor, consequência da revolução econômica e social que ocorreu no Ocidente neste período, da qual:

[...] o progresso urbano é o sintoma mais estridente, e a divisão do trabalho o aspecto mais importante. Novos ofícios nascem ou se desenvolvem, novas categorias profissionais aparecem ou são extintas, novos grupos socioprofissionais, fortes por seu número, por seu papel, reclamam e conquistam uma estima, ou seja um prestígio associado a sua força. Eles querem ser considerados e nisso são bem sucedidos. O tempo do desprezo está terminado (LE GOFF, 2013, p. 122-123).

Dentro do novo 'quadro' de ofícios que deixaram de ser desprezados encontram-se o comércio e o ensino laico. As atividades do comerciante e do usurário podem ser confundidas porque são muito próximas. Le Goff (2004, p.53) explica que usurário e mercador são termos distintos e afirma que, respectivamente, "[...] um termo é vergonhoso e o outro honroso, e que o segundo serve para esconder a vergonha do primeiro, o que prova apesar de tudo uma certa proximidade, senão parentesco, entre eles". A distinção entre ambas as atividades nunca foi muito clara porque o comércio do século XIII exalava odores da usura. Os mesmo odores podem ser sentidos

na nova categoria de intelectuais que recebiam pagamento – *collecta* –, dos estudantes das cidades, por seus ensinamentos. Le Goff (2004, p. 39) esclarece que a condenação aos intelectuais era sustentada por compreendê-los como "[...] mercadores de palavras". E o que vendem eles? A ciência, a ciência, que, como o tempo, pertence apenas a Deus". Todavia, esses 'ladrões' não receberam a condenação por usura. A absolvição dos intelectuais e dos mercadores foi promulgada graças aos escolásticos que justificaram muitas atividades por meio da casuística. Le Goff (2013, p. 123) elucida que, para a escolástica, a casuística é, "[...] nos séculos XII e XIII, o seu grande mérito, antes de se tornar o seu grande defeito -, ela separa as ocupações ilícitas em si pela natureza – *ex natura* – daquelas que são condenáveis de acordo com o caso, ocasionalmente, *ex occasione*". Neste contexto de construção de argumentos em benefício dos ofícios lícitos a *intenção* dos praticantes torna-se a grande questão a ser avaliada. Assim,

[...] a má intenção carrega consigo a condenação somente dos mercadores que agem por cupidez – *ex cupiditate* -, por amor ao ganho – *lucri causa*. Isto é deixar um amplo campo livre as 'boas intenções', quer dizer, a todas as camuflagens. Os processos de intenção são um primeiro passo na via da tolerância (LE GOFF, 2013, p. 124).

Além da *intenção*, outras questões foram consideradas e os escolásticos desenvolveram cinco argumentos que

possibilitavam tolerar a usura conforme as práticas e valores presentes no novo contexto social. Na terceira argumentação, encontra-se o principal pensamento que legitimou o comércio e o magistério remunerado: o trabalho.

A terceira, a mais importante, a mais legítima aos olhos da Igreja, é quando a usura pode ser considerada como um salário, a remuneração do *trabalho* (*stipendium laboris*). Foi a justificativa que salvou os mestres universitários e os mercadores não usurários. Ensinar a ciência é cansativo, supõe uma aprendizagem e métodos que dependem do trabalho.

Caminhar por terra e mar, ir às feiras ou mesmo manter uma escrituração de contas, trocar moedas é também um trabalho, e como tal merece salário. (LE GOFF, 2004, p. 71-72).

Assim, nesse processo de regularização das profissões, o trabalho deixa de ser motivo de desprezo para tornar-se mérito. O sacrifício do labor justifica o exercício da atividade e a sua recompensa. Essa compreensão foi muito importante para os professores, pois graças a ela foram lançados outros olhares aos trabalhadores intelectuais que passaram a ser entendidos não mais como vendedores de ciência ou do “[...] dom de Deus que não pode ser vendido. Mas logo o universitário vê sua remuneração justificada pelo trabalho que ele fornece a serviço dos seus estudantes – salário do seu labor, e não preço do seu saber” (LE GOFF, 2013, p.

126). Na mesma perspectiva, o trabalho dos mercadores também se torna reconhecido e estimado. As argumentações em sua defesa consideram os riscos que essas atividades estão sujeitas devido ao acaso. Como Le Goff (2013, p. 128) expõe “[...] as incertezas da atividade comercial – *ratio incertudinis* – justificam os ganhos do mercador, ou melhor, o interesse que ele tem pelo dinheiro aplicado em algumas operações, ou seja, em cada vez mais larga medida, a ‘usura’, a usura maldita”. Todavia, os ganhos dos mercadores também são aceitáveis sob outro prisma, o do bem comum. Com a retomada da filosofia aristotélica, a perspectiva do bem comum ganha importância considerável e possibilita entender o comerciante como um bem-feitor social ao transportar mercadorias para locais que não às tinha. Le Goff expõe o pensamento de Tomás de Aquino com relação a essa característica da atividade comercial contando que para o monge, “Quando alguém se entrega ao comércio em vista da utilidade pública, quando se vê que as coisas necessárias à existência não faltam num país, o lucro, em vez de ser visado como fim, é somente reclamado como remuneração do trabalho” (LE GOFF, 2013, p.128). Dessa forma, os comerciantes e os intelectuais justificavam suas atividades, mas isso não foi possível à outros ofícios, os quais continuaram recebendo o desprezo social. Isso se aplica aos usurários que permaneceram marginalizados, compartilhando com “[...] as prostitutas e os jograis essa sorte funesta” (LE GOFF, 2004, p. 47).

Análise da imagem

Se emprestais àqueles de quem esperais receber, que vantagem tereis? Até os pecadores emprestam aos pecadores, para receber o equivalente. Mas ao contrário, amai os vossos inimigos, fazei-lhe o bem e emprestai sem nada esperar (Lucas, VI, 36-38).

A pintura de Giotto que elegemos para analisar o contexto 'expansionista' do final da Idade Média Central, que torna a usura um problema social, chocando-se com os preceitos religiosos, é o afresco pintado entre 1302 e 1306 na *Capela degli Scrovegni* em Pádua, *Jesus expulsa os vendilhões do templo*. A justificativa pela escolha nos parece apropriado, pois a pintura expressa a mensagem bíblica que sustenta o combate à usura. Desta forma, para dialogar com leitura da fonte imagética, podemos nos reportar a principal fonte da literatura religiosa, a Bíblia.

O primeiro olhar para a pintura (figura 1) nos revela uma cena que tem no primeiro plano Cristo com uma fisionomia irada demonstrando, pelo posicionamento de sua mão direita, um

futuro golpe no homem que está sendo detido por sua mão esquerda. Na frente de Jesus, Giotto coloca uma mesa virada e ao seu lado uma jaula da qual saem animais que se espalham no meio da multidão. A multidão está dividida em dois hemisférios: do lado direito, encontram-se cinco homens e duas crianças; do lado esquerdo apenas cinco homens. O fundo da cena é emoldurado por uma construção que a aparência nos remete à imagem de um edifício religioso.

Essa leitura nos possibilita inferir que o artista foi fiel à passagem conhecida como *A Purificação do templo*, narrada pelos quatro evangelistas e que João (2:13-16) descreve da seguinte forma:

¹³Estando próxima a Páscoa dos judeus, Jesus subiu a Jerusalém. ¹⁴No Templo, encontrou os vendedores de bois, de ovelhas e de pombas e os cambistas sentados. ¹⁵Tendo feito um chicote de cordas, expulsou todos do Templo, com as ovelhas e com os bois; lançou ao chão o dinheiro dos cambistas e derrubou as mesas ¹⁶e disse aos que vendiam pombas: "Tirai tudo isto daqui; não façais da casa de meu Pai uma casa de comércio".



Figura 1 – A expulsão dos vendilhões do templo. Capela de Scrovegni – Padova/Itália. Afresco pintado aproximadamente entre 1303 a 1306. Dimensões de 200 cm X 185 cm.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/8/8c/Giotto_-_Scrovegni_-_27_-_Expulsion_of_the_Money-changers_from_the_Temple.jpg

O fato de Giotto ter reproduzido na íntegra a passagem está em conformidade com a tradição medieval de registrar passagens bíblicas nas paredes das igrejas. Como nos lembra Le Goff, diante de algum impasse, os homens medievais “[...] procuravam-lhe o modelo na Bíblia. A *autoridade* bíblica fornecia ao mesmo tempo a origem, a explicação e o modo de emprego do caso em questão” (LE

GOFF, 2004, p. 16). Nesse aspecto, as imagens eram muito importantes porque os fiéis liam nas ilustrações das paredes os ensinamentos bíblicos. Todavia, a importância das imagens no processo formativo dos homens medievais ultrapassa a mera representação narrativa. Tomás de Aquino atribui às imagens três funções essenciais na efetivação dos ensinamentos, são elas:

Há três razões para a instituição de imagens nas igrejas. Primeira, a instrução dos simples, porque eles são por elas instruídas como se o fossem pelos livros. Segunda, para que o mistério da Encarnação e os exemplos dos santos possam ser mais ativos em nossa memória ao serem representados diariamente sob nossos olhos. Terceira, para estimular sentimentos de devoção, já que estes são estimulados de maneira mais efetiva pelas coisas vistas que ouvidas (SÃO TOMÁS DE AQUINO apud PEREIRA, 2011, p.132)

Percebemos que Tomás de Aquino se reporta à imagem não de forma independente, mas relacionando-a ao texto escrito, o qual para os cristãos, tinha um valor superior. Todavia, a eficiência da imagem para a compreensão e efetivação dos ensinamentos é inegável, como Tomás de Aquino afirma, a visão é mais efetiva do que a audição quando o propósito é a sensibilização. Seguindo esse modelo, a Capela de Scrovegni foi pintada como um texto bíblico que aborda três temas: Joaquim e Ana (pais de Maria), Maria e Jesus Cristo. Mesmo diante da evidência da fidelidade narrativa ao texto, podemos nos aventurar a desenvolver uma leitura que tem como propósito revelar questões específicas sobre o pensamento do autor e de seu tempo. Assim, como hipótese investigativa, construímos a premissa de que Giotto, um possível usurário, comungava a perspectiva corrente naquele momento que condenava apenas a prática excessiva da usura. O estabelecimento

da justificativa para a ‘usura moderada’ pode ser engendrada pelo pensamento de Tomás de Aquino que, revisitando a filosofia aristotélica, retoma o conceito da ‘justa medida’. O pensamento da justa medida, por exemplo, pode ser encontrada na segunda parte da *Suma Teológica*, na qual Tomás de Aquino aborda os atos humanos e os classifica em viciosos e virtuosos. As virtudes são constituídas pela temperança, que tem a função de repelir as paixões excessivas. A temperança pode ser caracterizada como uma moderação dos atos humanos, o ponto médio entre dois pontos.

Essa ideia do ponto médio pode ser pensada pela disposição da cena apresentada por Giotto. O pintor coloca Jesus proporcionalmente à frente do portão central do Templo de Jerusalém, o que, indubitavelmente, o torna o ponto de referência da cena (figura 2). A posição de Jesus possibilita a divisão assimétrica da cena em lado direito e esquerdo, assim como as demais pessoas que compõem a pintura. Do seu lado esquerdo estão os mercadores e do lado direito seus seguidores. Tradicionalmente, ao lado esquerdo é atribuído ao coração, órgão do corpo humano que alegoricamente representa os sentimentos. Os sentimentos são produzidos pelos sentidos, o que os remete diretamente aos desejos ou as paixões. As paixões são entendidas como os sentimentos de cólera, o medo, a audácia, inveja, alegria, amizade, o ódio, desejo, emulação, compaixão e, em geral, os sentimentos que são acompanhados de prazer ou

dor. Por isso é do lado das paixões que os usurários devem ficar. Aqueles que cometem a prática da cobrança de juros

de forma excessiva não submetem suas paixões à justa medida da razão e estão mais propensos aos prazeres terrenos.

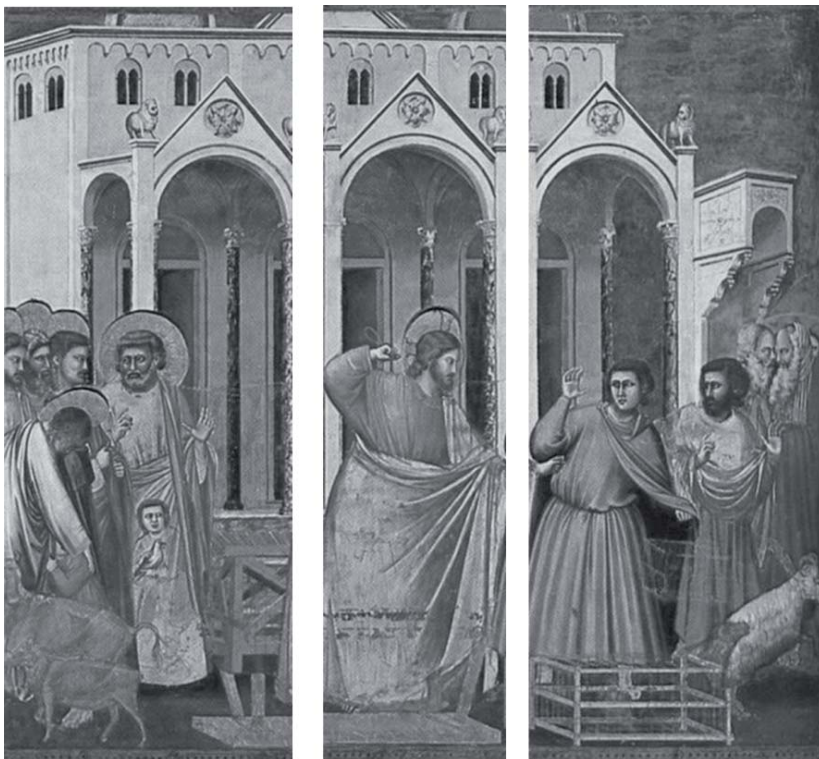


Figura 2 – A expulsão dos vendilhões do templo. Capela de Scrovegni – Padova/Itália. (visualização da divisão estrutural do afresco – *divisão nossa*)

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/8/8c/Giotto_-_Scrovegni_-_27_-_Expulsion_of_the_Money-changers_from_the_Temple.jpg

Do lado direito estão os seguidores de Jesus, aqueles que representam o mundo divino. Neste local encontram-se homens que abdicaram dos prazeres terrenos para ter uma vida mais próxima do Criador. Essa distinção é evidente, principalmente pelas auréolas, cujo significado remonta o termo latino *aureu*, ou ouro, sendo usada desde a cultura pagã para

identificar a sabedoria. Na Idade Média a auréola foi muito usada pelos pintores como símbolo das entidades divinas como os anjos, santos, Maria e Jesus com o propósito de distinguir aqueles que possuem intelecto elevado e estão mais próximos de Deus. Este local também pertence aos inocentes, às crianças que se encontram protegidas pelos santos (figura 3).



Figura 3 – A expulsão dos vendilhões do templo.
Capela de Scrovegni – Padova/Itália. (detalhe)

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/8/8c/Giotto_-_Scrovegni_-_27_-_Expulsion_of_the_Money-changers_from_the_Temple.jpg

A imagem de Cristo é construída por Giotto de forma que a ira nos parece a matriz propulsora de toda representação (figura 4). A ira desenha a fisionomia de Jesus, conduz a posição de sua mão direita que segura um chicote e se prepara para o ataque. É a força presente na mão esquerda que segura aquele que deverá receber o golpe determinando a posição do corpo de Cristo e possibilita o espectador sentir a força que o próximo movimento despenderá. Todavia, a ira é um dos sete pecados capitais, um

vício condenado pelas leis divinas. Como Jesus Cristo, a encarnação de Deus, pode deixar-se dominar pelo pecado? Podemos entender essa indagação por meio da reflexão de Tomás de Aquino de que:

Ora, se atentamos à realidade, diremos que a ira é um movimento do apetite sensitivo e esse movimento pode ser regulado pela razão e enquanto segue o juízo da razão, põe-se a serviço dela para sua pronta execução. E como a condição da natureza humana exige que o

apetite sensitivo seja movido pela razão, é necessário afirmar, como os peripatéticos, que algumas iras são boas e virtuosas (TOMAS DE AQUINO, 2004, p. 98).

O monge dominicano evidencia que nem toda a ira é um mal, podendo ser, inclusive uma virtude. Oliveira (2012), ao analisar o último artigo da 'Questão 158' da *Suma Teológica, A Ira*, nos mostra que para Tomás de Aquino, a ira é, inclusive, necessária. A sua falta poderá ser a causa para outros vícios. O primeiro aspecto que a ausência de ira pode indicar “[...] é a covardia, pois, aquele que não se revolta com um ultraje também não esta usando a razão, pois, aceita que o outro humilhe sem se rebelar” (OLIVEIRA 2012, p. 140). É importante entender que, para o Dominicano, a ira, em si, não é entendida como pecado, mas a ausência de discernimento intelectual é que o caracteriza. Portanto, aquele que não se ira assemelha-se aos animais que são guiados pelas sensações por não fazerem uso da razão. O segundo aspecto apresentado por Oliveira é que a “[...] ira comedida leva à justiça, ou seja, aquele

que sofreu uma afronta, movido pela ira, clama por justiça, portanto esta ira conduz a um equilíbrio na sociedade e ao estabelecimento de relações equitativas” (OLIVEIRA 2012, 140-141). Nessa perspectiva, o Jesus irado de Giotto não é a representação do pecado, mas da virtude da justiça. Sua rebeldia pode ser entendida como uma reação da razão para evitar injustiças e a naturalização do vício, o qual já estava enraizado por toda a sociedade ocorrendo, inclusive, dentro do próprio Templo. Essa ideia pode ser validada pelo fato da ira de Jesus recair sobre aquele que representa a existência da injustiça na cena, o comerciante. A injustiça pode ser compreendida não simplesmente pela ação comercial, mas pelo excesso, pela cobrança superior ao justo valor da mercadoria. Essa indicação é resultante da observação de que Jesus ataca aquele que mais representa a riqueza, o comerciante, que tem as vestes na cor púrpura. Essa cor representava na Idade Média riqueza e poder devido a dificuldade em obtê-la o que nos possibilita identificar esse personagem como um homem que, provavelmente, acumulou bens de forma ilícita.



Figura 4 – A expulsão dos vendilhões do templo.
Capela de Scrovegni – Padova/Itália. (detalhe)

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/8/8c/Giotto_-_Scrovegni_-_27_-_Expulsion_of_the_Money-changers_from_the_Temple.jpg

A aceitação dessa leitura pode ser reforçada ao observarmos que Jesus direciona sua ira apenas ao comerciante, praticamente ignorando suas mercadorias, os animais que se espalham entre a multidão. Giotto coloca na cena cinco animais, podendo ser identificados como uma pomba, um carneiro e três bois. Esses eram os animais tradicionalmente sacrificados durante as festas religiosas e tinham de ser adquiridos no próprio templo, pois deveriam atender as regras de pureza estabelecidas no livro do Levítico. Isso impossibilitava que os fieis trouxessem os animais criados em suas casas e tornava o comércio de sacrifícios uma atividade muito rentável, pois o

animal mais barato, o pombo, era comercializado por um denário, valor equivalente a um dia de trabalho. Giotto pinta os animais como se estivessem fugindo da ira de Jesus, dois correm para o lado esquerdo e dois para o direito. O outro animal é uma pomba e, assim como dois bois, foge para o lado divino buscando proteção no braço de uma das crianças que compõem a cena do lado direito de Cristo. Essa disposição dos animais nos induz a pensar acerca do contexto do período, o qual estava tomado pelo comércio, assim como a porção divina e a terrestre estão tomadas, quase, proporcionalmente pelas mercadorias. A desproporção é estabelecida pela pomba

que atribui maior ênfase do comércio ao lado dos homens santos. Essa observação nos direciona a ideia do clero como promotora do comércio, pois os animais vendidos no templo eram criados pelas famílias sacerdotais ou por produtores que mantinham bom relacionamento. Mas, por outro lado, também nos possibilita relacionar a ideia da restituição da usura. O lucro proveniente da usura torna-se lícito quando revertido ao bem. Assim, a mercadoria – objeto que produz o pecado – pode ser ilustrado pela pomba – animal que representa a sabedoria divina – quando é colocado ao lado do bem.

Face à essas observações, podemos pensar que Giotto, ao pintar a cena da expulsão dos mercadores do templo, descreveu a narrativa bíblica, mas organizou a cena de forma que nos possibilita relacionar a representação ao contexto do final da Idade Média Central e início da Baixa Idade Média, momento em que muitas mudanças foram gestadas. Esse

pensamento não afirma a intencionalidade do artista, mas evidencia a potencialidade da fonte imagética em despertar a reflexão nos observadores. No caso, nos propiciou pensar na estrutura social que se estabelecia por meio de outro olhar para a vida terrena e que, para não renegar os princípios religiosos, teve que estabelecer um equilíbrio, ou a justa medida entre as coisas de Deus e dos homens. Como resultado desse embate, vimos na pintura de Giotto, Jesus Cristo - o Deus homem – que, ao estar no centro da pintura, se constitui o mediador entre os extremos que representam o céu e a terra. Ele, analogicamente, pode ser relacionado à temperança, que pela ira repele as paixões excessivas, como a dos ricos mercadores que pecam por não obedecerem as leis divinas. Assim, entendemos que a pintura de Giotto nos instiga a pensar e construir um conhecimento significativo acerca do período analisado por meio da apropriação entre a leitura escrita e imagética.

Referências

ARGAN, Giulio Carlo. *História da Arte Italiana*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

BÍBLIA. Português. *Bíblia de Jerusalém*. São Paulo: Edições Paulinas, 1985.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. *A idade média: nascimento do ocidente*. São Paulo: Brasiliense, 2001.

GIOTTO DI BONDONE. *A expulsão dos vendilhões do templo*. Disponível em: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/8/8c/Giotto_-_Scrovegni_-_27_-_Expulsion_of_the_Money-changers_from_the_Temple.jpg>

LE GOFF, Jacques. *A bolsa e a vida: economia e religião na Idade Média*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. *As raízes medievais da Europa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

_____. *Para uma outra Idade Média: tempo, trabalho e cultura no Ocidente*. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

OLIVEIRA, Terezinha. O pecado da ira no mestre Tomás de Aquino: um estudo sobre os costumes e educação no século XIII. In: OLIVEIRA, Terezinha. *Ensino debate na Universidade Parisiense do século XIII: Tomás de Aquino e Boaventura de Bagnoregio*. Maringá: Eduem, 2012.

PEREIRA, Maria Cristina C. L. Da conexidade entre texto e imagem no Ocidente medieval. In: OLIVEIRA, Terezinha; VISALLI, Angelita Marques (Org.). *Leituras e imagens da Idade Média*. Maringá: Eduem, 2011. p. 131-148.

TOMÁS DE AQUINO. *Sobre o saber (De magistro), os sete pecados capitais*. Trad. e estudos introdutórios de Luiz Jean Lauand. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

WOLF, Norbert. *Giotto*. Lisboa: Taschen, 2007.

Recebido em março de 2014

Aprovado para publicação em abril de 2014